

SERVIDORES PÚBLICOS: CENTRAIS SINDICAIS, SINDICATOS E GOVERNO ASSINAM REGRAS DA MESA DE NEGOCIAÇÃO

Foto Divulgação



No dia 25 de julho acontecerá a próxima reunião da MNNP, e em 12 de agosto, um encontro com o governo federal para ser apresentada a proposta de reajuste salarial para a categoria.

NESTA terça-feira (11), ministros e representantes das nove pastas que compõem a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) assinaram a Portaria contendo o protocolo e o regimento interno da MNNP. No período da tarde, ocorreu a primeira rodada de negociação da Mesa. A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), esteve presente e foi representada por João Paulo Ribeiro (JP), Diretor de Relações Institucionais da CSPB e Secretário dos Serviços Públicos e dos Trabalhadores Públicos da CTB e por Flauzino Neto, secretário de Relações do Trabalho da CTB, e presidente da CTB-DF.

A cerimônia ocorreu no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O protocolo estabeleceu os princípios e premissas para a negociação coletiva no serviço público, enquanto o regimento interno definiu a organização e o funcionamento da Mesa. Neste ano, a Mesa de Negociação acordou aumentos de 9% nos salários e de 43,6% no auxílio-alimentação para os servidores públicos federais.

Na primeira rodada de negociação da mesa, o dirigente João Paulo, esclareceu os principais pontos debatidos. “A bancada sindical solicitou para o atual governo, a revogação de medidas adotadas no governo Temer e Bolsonaro contra os servidores públicos. O que é mais importante, são as mesas específicas por carreiras e setores, como por exemplo: saúde, educação e economia. Também solicitamos o reajuste linear dos salários para 2024, que deve ser encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional. Em breve sairá um decreto para a regulamentação da negociação coletiva do servidor público em conjunto com as Centrais”, contou JP. **Leia mais** <https://encr.pw/xjzwn>

BOLSONARO, SINÔNIMO DE FOME E DESESPERO

Foto DIVULGAÇÃO



Mais uma sombra macabra pairou sobre o Brasil durante o governo Bolsonaro, especialmente entre 2020 e 2022, trazendo consigo a dor da fome e a desesperança para milhões de brasileiros. Os números revelam uma realidade cruel e chocante. Segundo dados da ONU (Organização das Nações Unidas), a insegurança

alimentar explodiu no país, atingindo a assustadora marca de 70,3 milhões de pessoas, incluindo 21 milhões de brasileiros que passaram fome severa.

Os dados comprovam a verdade, nua e crua, sem filtros, da catástrofe humanitária que se abateu sobre o país com a extrema direita na presidência da República. No período

entre 2020 e 2022, a taxa de insegurança alimentar severa, aquela que mergulha os indivíduos na angústia diária da fome, saltou de 1,9% para 9,9%. Em números, isso representa um aumento de 4 milhões, atingindo 21 milhões de pessoas.

Enquanto o ex-presidente Jair Bolsonaro e auxiliares insistiam em negar a existência da fome, os dados da desnutrição infantil aumentavam, chegando em 7,2% em 2022, aproximadamente 1 milhão de crianças sofrendo, uma tragédia inaceitável em um país que já se orgulhou de combater este flagelo.

Enquanto toneladas de alimentos brasileiros são exportados para o mundo, garantindo lucros e prestígio internacional, mais de 48 milhões de brasileiros são deixados à mercê da miséria e sem recursos mínimos para uma alimentação saudável.

Energia renovável impulsiona o país

A capacidade de energia renovável está recebendo um impulso significativo graças à retomada da parceria estratégica entre o Brasil e a China. Enquanto o país avança na transição para uma matriz energética mais limpa, a colaboração com a China tem trazido benefícios substanciais.

Segundo previsões da AIE (Agência Internacional de Energia), a capacidade de energia renovável no Brasil deve ter um crescimento notável em 2023, cerca de 33%, passando de 107 GW para 440 GW. Ao todo, equivalente à capacidade total de energia instalada da Alemanha e da Espanha.



Foto DIVULGAÇÃO

A China também deve impulsionar a recuperação global na capacidade de energia eólica, com um aumento de quase 70% em 2023, após a recessão que ocorreu durante a pandemia de Covid-19.

Com o apoio do país asiático, deixado de lado

irresponsavelmente durante o governo Bolsonaro, o Brasil expande a capacidade de geração de energia limpa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis, e contribuindo para a queda das emissões de gases de efeito estufa.

Foto DIVULGAÇÃO



Exploração de mulheres é subnotificada no Brasil

Além do problema gravíssimo que é a exploração de pessoas, a subnotificação dos casos dificulta o combate e os resgates. Nos últimos 20 anos, apenas 2.488 mulheres foram resgatadas de condições análogas à escravidão no Brasil, o que representa 5% do total de trabalhadores resgatados neste período, segundo dados da Detrae (Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo) do Ministério do Trabalho.

Segundo a Detrae, quando analisado o perfil social das mulheres resgatadas desde 2003, a maioria (64%) se declarou preta ou parda, 22% brancas, 11% de raça amarela e 3% indígenas.

É importante destacar que há três principais casos de exploração: tráfico de pessoas, trabalho escravo doméstico e exploração sexual. Relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) revela que 71% das pessoas traficadas são meninas e mulheres.

O trabalho doméstico, por exemplo, é frequentemente desvalorizado e subestimado. Com a legislação específica em 2013, a PEC das Domésticas, a expectativa era de crescimento da formalização do trabalho no setor e de melhoria da qualidade do emprego, o que infelizmente não ocorreu.